



## Quais os limites da racionalidade na relação das Instituições Públicas com os cidadãos em países do Sul Global?

Felipe Vidal Benvenuto Alberto<sup>1</sup>

MOISÉS, José Álvaro (org.). *Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

Na tentativa de construir um debate que finalmente pudesse estabelecer assertivamente uma definição acerca do que se trata a frequentemente banalizada confiança institucional, em termos teóricos, o pesquisador José Álvaro Moisés reuniu especialistas capazes de olhar o assunto sob os seus mais diversos aspectos. Formada por dez capítulos, subdivididos em cinco seções temáticas, a “Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?” demonstra preocupação especial com as democracias advindas de movimentos mais recentes, do ponto de vista histórico, ou seja, aquelas muitas vezes chamadas de “democracias jovens”. Uma vez que, segundo o próprio autor argumenta em sua introdução, a desconfiança das instituições públicas por parte da população representa uma ameaça real à qualidade da democracia local, se torna relevante entender os motivos que levam ao afastamento mútuo desses dois fatores nacionais que, idealmente, deveriam trabalhar em constante cooperação. Portanto, seria razoável dizer que Moisés é cirúrgico ao relembrar que instituições públicas são essencialmente instituições democráticas e são suficientemente fortes se e, somente se, estiverem conectadas às necessidades dos cidadãos.

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) como bolsista CAPES. Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas pelo CEFET/RJ, com período sanduíche na Université de Lille. Pesquisador do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Sócio Estudante da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

**COMO CITAR:** ALBERTO, Felipe Vidal Benvenuto. Quais os limites da racionalidade na relação das Instituições públicas com os cidadãos em países do Sul Global. Resenha do livro MOISÉS, José Álvaro (org.). *Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. In: **Revista Ensaios**, v. 20, jan.-dez., 2022, p. 133-137.

Ao iniciar a obra, o organizador opta por apresentar uma introdução de sua própria autoria acerca da temática da confiança, bem como seus respectivos efeitos sobre as relações entre a população e as instituições democráticas. Em busca de evitar que toda argumentação inserida posteriormente precise ser contextualizada por uma extensa repetição de referências, Moisés realiza o esforço de apresentar o arcabouço teórico que sustenta o debate na área, ainda que sem nutrir uma ingênua intenção de esgotar o tema. Tal introdução se faz essencial não só para ditar o ritmo da compilação, mas para permitir que cada autor trabalhe de maneira mais detalhada, em termos de extensão, seu ponto de vista a partir da premissa de um leitor já previamente introduzido à discussão.

Prover a supracitada contextualização de modo algum implica uma necessidade de padronização na vertente teórica utilizada por cada autor em sua argumentação. Ao contrário, um dos grandes aspectos de destaque da obra é a multiplicidade teórica observada ao longo dos capítulos, ainda que muitas vezes os resultados empíricos apresentados incorram em conclusões semelhantes, mesmo aplicadas a casos distintos. O exemplo máximo desse fator é a exaustivamente repetida referência às contribuições de Easton ao tema, feita por parte significativa dos autores. É de se notar que o autor referido diferencia os tipos de apoio político principalmente em dois distintos eixos: aquele que se estrutura em algum grau de racionalidade, levando em conta os resultados apresentados pelo governo em questão, e aquele que advém de um viés ideológico pré-estabelecido acerca do que seria melhor para a realidade na qual o local em questão se encontra inserido.

Passados os capítulos enfocados na introdução e na fundamentação teórica da obra, uma terceira parte se propõe a aglutinar os estudos de caso aplicados ao Brasil. Novamente preocupado em abraçar os mais diversos aspectos pertinentes ao tema, Moisés opta por iniciar a seção com seu texto mais geral, em termos de abrangência, dentre os escolhidos. Ao prezar pela análise daquilo que os cidadãos brasileiros interpretam como democracia, bem como seu entendimento das instituições, o autor busca entender qual seria também a participação desses mesmos cidadãos no processo de transição entre formas de regime, dado que seu espaço amostral é o Brasil em constante processo de redemocratização nos vinte anos que sucederam o regime militar, por sua vez ditatorial. Mantendo o caráter ensaístico, o dito capítulo, intitulado “Cultura, Política, Instituições e Democracia: Lições da Experiência Brasileira”, promove um significativo número de paralelos com as realidades vizinhas à nossa, ou seja, em outros países latino-americanos. Dado que boa parte da região compartilha a característica de ter democracias ainda fragilizadas por rompantes ditatoriais historicamente recentes, acredita-se que seja razoável aplicar o mesmo arcabouço teórico na busca por entender o grau de adesão dessas populações aos princípios democráticos não só de um ponto de vista utópico. Tal opção de “generalização” pode

ser considerada questionável e, de certa forma, será dentro da mesma obra, uma vez que capítulos futuros tratarão da verificação prática das referidas convicções teóricas.

Ainda dentro do escopo brasileiro, Meneguello escreve “Aspectos do Desempenho Democrático: Estudo sobre a Adesão à Democracia e Avaliação do Regime”, no qual alguns dos tópicos abordados por Moisés anteriormente são demonstrados através de exemplos práticos e pesquisas empíricas. Ao se permitir a análise aprofundada de tabelas de dados provenientes de compilações acadêmicas e pesquisas de opinião promovidas por órgãos idôneos, a autora possibilita a comprovação ou questionamento de vários dos argumentos apresentados anteriormente de maneira puramente teórica, a exemplo da quantificação quanto às dimensões da adesão à democracia. No dito exemplo, são atribuídos valores a itens tidos como essenciais ao bom funcionamento institucional dentro de um regime democrático, a fim de que se construa um índice de adesão à democracia que exista de maneira análoga a outras métricas utilizadas para categorizar regimes, Estados e/ou comportamento populacional. É importante pontuar, entretanto, que, apesar da anexação das perguntas utilizadas no questionário ao fim da seção, a escolha de cada item, bem como sua relevância, guarda uma subjetividade incompatível com a metodologia utilizada, ao menos com base naquilo que nos é apresentado pela autora ao longo do texto, tornando obrigatória a inferência de informações que provavelmente foram formalizadas pela pesquisa.

Já cientes da multidimensionalidade do tema, Moisés e Carneiro iniciam um novo capítulo na intenção de correlacionar três dessas ditas dimensões: legitimidade de regimes democráticos, confiança nas instituições e satisfação popular com o desempenho prático do regime, novamente aplicando o estudo ao caso brasileiro. Partindo dessa premissa, os autores propõem modelos analíticos, a fim de explicarem uma pretensa desconfiança nas instituições públicas, a insatisfação com o desempenho do regime democrático e o frágil apoio à democracia no Brasil e na América Latina. Após um breve desenvolvimento teórico acerca da questão da desconfiança institucional em outros exemplos ao redor do mundo, bem como debates referentes ao apoio político, constrói-se um panorama demonstrativo daqueles fatores que compõem o método utilizado. Ainda que extenuante, o longo detalhamento das variáveis independentes aplicadas aos testes estatísticos se mostra necessário ao bom entendimento dos resultados obtidos, sendo esses amparados em uma grande quantidade de levantamentos quantitativos.

A fim de pôr fim na seção dedicada exclusivamente ao Brasil, Mesquita se volta a um tema frequentemente alvo de controvérsias: a relevância da mídia no posicionamento político dos indivíduos, de maneira mais específica se utilizando do Jornal Nacional, principal telejornal da Rede Globo, como objeto de pesquisa. Apesar da aparente futilidade na coleta de determinados dados dentro da metodologia utilizada pelo autor, há uma exposição bastante satisfatória de diferentes teses que

apontam para efeitos diversificados da mídia frente a população, inclusive a ponto de justificar a escolha de dada metodologia. Desde as alegações de diversionismo até uma pretensa correlação do papel da mídia com maior engajamento político, Mesquita busca apresentar visões dissonantes na estrutura da pesquisa e explicar ponto a ponto os resultados, falhando apenas em amarrar os laços da necessidade de determinados aspectos de mensuração, resgatados posteriormente como essenciais, a exemplo daqueles encaixados no eixo socioeconômico. Em suma, ainda que suas conclusões soem coerentes, utilizam-se de fatores pouco — ou nada — explicados anteriormente.

Ao se iniciar a quarta parte da obra, na qual são compilados três trabalhos que objetivam apresentar debates de temática semelhante aos anteriormente apresentados, porém em realidades distintas ao redor do mundo, admite-se como foco a construção de um estudo comparativo da situação brasileira, extensamente trabalhada até então, para com tais realidades: Europa do Sul e do Leste, México e Coreia do Sul.

Torcal e Brusattin trazem o capítulo “Confiança Institucional nas Novas Democracias Europeias: Outra Dimensão do Apoio Político?” com a abertura de um debate bastante proveitoso acerca da decadente confiança nas instituições de representação democrática em jovens democracias europeias, representada pela figura do “cidadão crítico”, ou seja, aquele que apoia o regime democrático e, em paralelo, leva consigo duras críticas ao funcionamento dos mecanismos que o regem. Suportados por premissas teóricas bastante similares àquelas exaustivamente discutidas nos trabalhos que os antecederam, os autores apresentam também seu modelo de trabalho, focado na comparação multigrupos, e recortam os itens para pesquisa com base no que poderia ser considerado uma democracia historicamente recente da Europa, sendo a maioria proveniente da dissolução da URSS ou do fim de algum outro regime autoritário. O curioso a se apontar, no que tange aos resultados, é a proximidade das conclusões aqui obtidas com aquelas narradas por Meneguello quando aplicadas ao caso brasileiro. Sendo assim, há a confirmação, segundo os métodos utilizados, quanto à pluralidade dos fatores que interferem no apoio político, uma vez que contextos distintos entre si apresentaram similaridades de diagnóstico.

Trazendo novamente a análise para a América Latina, mas não mais aos nossos vizinhos imediatos, Ponte escreve o novo capítulo “Determinantes e Consequências da Desconfiança no México”, a fim de entender as motivações por trás da pretensa desconfiança da população nas instituições democráticas mexicanas. Um grande diferencial da abordagem aqui apresentada é a vinculação do apoio popular ao regime vigente em relação ao tipo de desenvolvimento econômico adotado pelo país. Dessa vez, o tópico da confiança institucional é abstraído de seu sentido mais literal para abranger também questões em menor escala social, possuindo capacidade de influenciar o cotidiano da população e transformando o sistema em ondas, seja para o bem ou para o mal.

Dessa vez, distanciando-se completamente do viés comumente encontrado nessa temática de pesquisa, o último capítulo de conteúdo original apresenta ao leitor uma visão sul-coreana dos tópicos já abordados anteriormente. Dentro da complexidade de um país assolado por ocupações territoriais e por uma guerra separatista que deixa vestígios até hoje, também do ponto de vista interno, há a construção da visão internacional que olha para a Coreia do Sul como uma das mais bem-sucedidas democracias de mercado na Ásia. Do ponto de vista econômico, são poucas as dúvidas quanto à capacidade de prosperar adquirida pelo país, ainda que não sejam poucos os problemas relacionados à desigualdade social, mas a pergunta a ser respondida por Park e Shin, no capítulo, é o quanto essa democracia se mostra de fato representativa na prática.

Dado que é frequente a centralização do conteúdo produzido na área aos temas pertinentes às democracias hegemônicas europeias e/ou aos Estados Unidos, pode-se dizer que “Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?” tem bastante a acrescentar simplesmente pelo fato de se concentrar em regiões fora do eixo supracitado. Ainda que com imperfeições dignas de apontamento, cada estudo compilado buscou um comprometimento metodológico bastante satisfatório e com potencial agregador para a construção de políticas públicas mais eficientes e adaptadas à realidade dos países enfocados.